



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas.: o Balanço Patrimonial, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas na sede social para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Colatina-ES, 12 de fevereiro de 2010. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO		2009	2008	PASSIVO		2009	2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos (nota 4)		1.109	1.611	Fornecedores (nota 13)		7.079	4.971
Aplicações no mercado aberto (nota 5)		22.279	29.380	Salários a pagar		54	59
Consumidores, concessionários e permissionários (nota 6)		11.877	9.963	Inbutos e contribuições sociais (nota 14)		4.256	3.626
Redução de tarifa irrigação e aquicultura		219	1.651	Participações estatutárias		1.770	1.931
Bônus e subscritas (nota 7)		2	2	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		6.776	7.143
Financiamento de capacidade operacional		34	57	Empréstimos e financiamentos (nota 15)		5.915	4.711
Tributos e contribuições sociais (nota 8)		1.773	2.949	Reservas Regulatórias		850	-
Estoques (nota 9)		707	671	Obrigações estimadas		1.197	1.302
Ativos Regulatórios (nota 10)		3.304	-	Encargos do consumidor a recolher (nota 16)		3.797	3.825
Outros ativos		1.876	2.396	Outros passivos		230	137
		43.180	40.680			31.974	27.705
NÃO CIRCULANTE				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos (nota 15)		30.389	32.750
Tributos e Contribuições Sociais		2.546	-			30.389	32.750
Compensáveis (nota 11)		2.546	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Despesa Reconhecimento Banco do Nordeste		2.182	2.449	Capital social (nota 18)		50.000	40.000
Depósito Vinculados e Litígios		4	30	Reserva de capital		5.244	3.693
Outros créditos		81	75	Reserva de investimentos (nota 18)		19.565	20.434
		4.813	2.554	Reserva legal		5.473	4.676
						80.282	68.803
PERMANENTE							
Imobilizado (nota 12)		84.602	78.024				
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		84.602	78.024				
TOTAL DO ATIVO		142.595	129.258	TOTAL DO PASSIVO		142.595	129.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008						
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital social	Reserva para Incentivos fiscais	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007 (ajustado)	32.814	3.374	3.807	-	17.058	57.053
Aumento capital c/c. AGC/F de 29/01/2008	1.695	-	-	-	(4.895)	-
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento	2.491	(2.491)	-	-	-	-
Incentivo fiscal - Isenção e / ou Redução Indevido 30/12/2005	-	(59)	-	-	(59)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.245	20.245
Constituição de reserva legal	-	-	869	-	(869)	-
Proposta da Administração para distribuição de dividendos (nota 15)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,81 por ação)	-	-	-	-	(3.566)	(3.566)
Dividendos - Ações ordinárias (R\$ 1,10 por ação)	-	-	-	-	(3.735)	(3.735)
Dividendos - Ações preferenciais (R\$ 1,10 por ação)	-	-	-	-	(1.635)	(1.635)
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento - Lei nº 11.638/2007	-	7.869	-	-	(7.869)	-
Lucros Acumulados para Reserva de Lucros Lei nº 11.638/2007	-	-	-	20.434	(20.434)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	40.000	3.693	4.676	20.434	68.803	136.606
Aumento capital c/c. AGC/F de 14/04/2009	7.678	-	-	(7.678)	-	-
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento	2.322	(2.322)	-	-	-	-
Incentivo fiscal - Isenção/Redução c/c. AGF conjunta de 06/07/09	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	740	740
Constituição de reserva legal	-	-	797	-	(797)	-
Proposta da Administração para distribuição de dividendos (nota 15)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,95 por ação)	-	-	-	-	(4.214)	(4.214)
Dividendos - Ações ordinárias (R\$ 0,93 por ação)	-	-	-	-	(2.729)	(2.729)
Dividendos - Ações preferenciais (R\$ 0,93 por ação)	-	-	-	-	(1.379)	(1.379)
Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento - Lei nº 11.638/2007	-	3.633	-	-	(3.633)	-
Lucros Acumulados para Reserva de Lucros Lei nº 11.638/2007	-	-	-	6.809	(6.809)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	50.000	5.244	5.473	19.565	80.282	160.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008						
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	2009	2008		2009	2008	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas de Vendas de Energia			VALOR ADICIONADO BRUTO	85.761	84.663	
Elétrica e Serviços	142.432	129.127	Quotas de Integração	(4.600)	(4.162)	
Doações, Contrib. Residencial Baixa Renda	2.386	2.267	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	80.961	80.701	
Reposicionamento Tarifário Diferido	(249)	410	Receitas Financeiras	4.362	4.444	
Redução de Tarifa Irrigação e Aquicultura	(1.433)	1.635	VALOR ADICIONADO TOTAL	85.323	85.145	
Provisão para devedores duvidosos - Reversão (Constituição)	210	(140)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Não Operacionais	(10)	245	Pessoal e Encargos	(9.445)	(8.838)	
Custo da Energia Comprada	(48.603)	(39.802)	Impostos, taxas e Contribuições	(53.341)	(53.608)	
Serviços de Terceiros	(5.184)	(5.195)	Encargos de Dividas e Juros	(4.748)	(3.069)	
Materiais	(2.559)	(2.678)	Aluguéis	(578)	(523)	
Outros Custos Operacionais	(1.228)	(1.004)	Juros s/Capital Próprio/Dividendos/Participações	(9.605)	(10.367)	
			Lucros Retidos	(7.606)	(8.240)	
			Total	(85.323)	(85.145)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008						
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (doravante referida como Santa Maria ou Companhia), constituída em 10 de setembro de 1959, é uma sociedade de capital fechado, na condição de concessionária do serviço público de energia elétrica, e tem como objetivo principal a geração e distribuição de energia elétrica. Sua atuação abrange a área de 11 municípios do Estado do Espírito Santo. A Companhia gera e transmite aproximadamente 2,0% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 97,93% restantes de sua energia distribuída são adquiridos da Escelisa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. Santa Maria, com sede em Colatina - ES, tem contrato de concessão de geração e distribuição com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assinado em fevereiro de 1999, com vencimento em julho de 2015, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas por esse órgão. A área de concessão abrangida nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.074/95 compreende os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

	Nº consumidores por conjunto	2009	2008
Conjunto de consumidores			
Água Branca	5.963	5.572	
Alto Rio Novo	3.106	3.005	
Centro - Colatina (exceto distrito de Itapina)	38.552	37.672	
Mariandia	3.778	3.525	
Pancas	6.739	6.485	

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Por meio da Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, foi instituído o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujas normas inseridas por meio do plano de contas, instrumentos contábeis e do roteiro de divulgação de informações econômicas e financeiras estão sendo aplicadas compulsoriamente pelas concessionárias e permissionárias desde 1º de janeiro de 2002.

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da

RECEITA BRUTA		2009	2008
Fornecimento de energia elétrica		141.509	127.965
Doações, contribuições, subvenções, residencial baixa renda		2.386	2.267
Reposicionamento tarifário diferido		(249)	410
Redução de Tarifa Irrigação e Aquicultura		(1.433)	1.635
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento		3.633	2.069
CVA - CCC 2009/2010		(578)	-
CVA Utilização Rede Básica 2009/2010		(217)	-
Outras receitas		923	1.162
		145.974	136.308
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR		(1.146)	(421)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE		(3.307)	(2.686)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC		(2.417)	(3.145)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(472)	(956)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(472)	(974)
Impostos e contribuições sobre a receita		(29.354)	(37.000)
		(47.168)	(45.191)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 19)		98.806	91.117
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal (nota 21)		(9.445)	(8.838)
Materiais		(2.559)	(2.678)
Serviços de terceiros		(5.184)	(5.195)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 20)		(48.603)	(39.802)
Depreciação e amortização		(1.800)	(1.162)
Outras despesas operacionais líquidas		(1.817)	(1.224)
		(72.408)	(61.899)
		26.398	29.218
LUCRO BRUTO			
EFEITOS FINANCEIROS			
Receitas financeiras (nota 24)		4.362	4.444
Despesas financeiras (nota 24)		(3.255)	(3.069)
Juros sobre o capital próprio (nota 18)		(4.214)	(3.566)
		(3.106)	(2.191)
RESULTADO OPERACIONAL		23.290	27.027
Imposto de renda (nota 22)		(4.652)	(6.270)
Contribuição social (nota 22)		(1.521)	(2.142)
		(6.173)	(8.417)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA		17.117	18.610
Participações estatutárias		(1.770)	(1.931)
LUCRO LÍQ. DO EXERC. ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		15.347	16.679
Reversão dos juros sobre o capital próprio (nota 18)		4.214	3.566
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.561	20.245
LUCRO POR AÇÃO		4,42	4,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008		
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		

	2009	2008
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Arrecadação	149.415	143.270
Recebimento Subvenção Baixa Renda Residencial	2.373	2.291
Outros	1.324	1.059
Fornecedores - Materiais e Serviços	(15.223)	(29.088)
Fornecedores - Energia Elétrica	(44.598)	(42.561)
Salários e Encargos Sociais	(6.569)	(6.311)
Impostos e Contribuições	(46.960)	(41.385)
Outras Despesas	(24.092)	(15.747)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.670	23.526
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Materiais	1.166	471
Dividendos Pagos	(4.870)	(3.556)
Aquisição de Imobilizado	(14.362)	(19.506)
Participações Estatutárias	(1.931)	(1.489)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(19.997)	(24.330)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	3.287	9.103
Subvenção Econômica	263	619
Serviço da Dívida (Principal e encargos)	(7.014)	(5.447)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.464)	4.275
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES NÃO OPERACIONAIS		
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	352	206
Outras Receitas	513	1.579
Outras Despesas	(707)	(1.559)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES NÃO OPERACIONAIS	158	226
Aumento no caixa e equivalentes	(7.603)	3.899
Saldo de Caixa no Início do Período	30.991	27.092
Saldo de Caixa no Final do Período	23.388	30.991
Aumento no caixa e equivalentes	(7.603)	3.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2009, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 419 de 3 de dezembro de 2008.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e à Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na nota explicativa nº 3.

Continua...



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Administração da Companhia optou por elaborar suas demonstrações contábeis de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida para o levantamento das demonstrações contábeis de acordo com as novas disposições trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

As modificações introduzidas pelos referidos normativos caracterizam-se como mudança de prática contábil; entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 - aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, os eventuais ajustes decorrentes com impacto no resultado poderiam ser efetuados na data de transição contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

Sumário das principais contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Ativo intangível

Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

A Companhia procedeu, na data da transição, à reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

Ajustes a valor presente

Determinadas contas do ativo e passivo não circulante, bem como do ativo e passivo circulante, quando relevantes, devem ser ajustadas a valor presente nas datas das respectivas transações, com base em taxas que reflitam o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma operação que gere efeito significativo do ajuste a valor presente.

Valor recuperável dos ativos

Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:

(i) A perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas aos referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

(ii) O critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, revisado e ajustado.

A Companhia realizou essa análise e não identificou nenhum ajuste.

Eliminação da Reserva de Reavaliação

Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possuía reservas de reavaliação em seus registros.

Subvenções econômicas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei nº 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucros. Até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao incentivo SUDENE era creditado diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio líquido.

Arrendamento mercantil financeiro

Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: leasing financeiro).

A Companhia não possui operações de leasing financeiro.

Equivalência patrimonial em companhias coligadas

Com base nas novas disposições da legislação societária, trazidas pela MP nº 449/08, a Companhia deverá aplicar o método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos permanentes em totais as coligadas. Com base no novo texto, são coligadas todas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa, sem controle-las.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não possuía investimentos a serem avaliados conforme determinação das novas disposições da legislação societária.

Resultado não operacional

Conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 449/08, a Companhia deixou de segregar o resultado nas categorias operacional e não operacional. Para fins de comparabilidade com o exercício corrente o resultado não operacional de 2009 no montante de R\$ (10) foi reclassificado para o grupo de outras despesas operacionais líquidas.

Com base no melhor entendimento da Companhia e nos pronunciamentos contábeis existentes até a data da elaboração dessas demonstrações contábeis, as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não houve efeito tributário significativo dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A receita com fornecimento de energia elétrica é registrada com base na data de emissão das faturas a seus consumidores, não incluindo o montante de energia fornecida e não faturada até a data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Calculada em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, atendendo aos limites mínimos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Avaliação dos estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, sendo que os aplicáveis a operação e manutenção são classificados no ativo circulante e aqueles destinados ao ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante, na rubrica "Imobilizado".

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e/ou construção, corrigido até

31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (nóla 10), e das contribuições dos consumidores. Em razão do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e nº 36, do plano de contas do serviço público de energia elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos do terceiro, exclusivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
O imposto do lucro registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Empréstimos e financiamentos

Estão atualizados pela variação monetária, juros e encargos financeiros determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço. Esses ajustes são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Demais passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Provisão para passivos contingentes

São constituídas provisões para as contingências conhecidas e calculáveis na data do balanço, quando, segundo avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Companhia, há riscos prováveis de perda no desfecho dos processos.

4. CAIXA E BANCOS

Estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e disponibilidades em caixa. Os valores estão assim demonstrados:

	2009	2008
Caixa	313	330
Bancos - Conta movimento	796	1.281
Total	1.109	1.611

Os créditos vencidos e a vencer, relativos ao fornecimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2009, estão distribuídos da seguinte forma:

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Consumidores	2.364	1.227	85	3.676
Residencial	298	163	3	464
Residencial - Baixa renda	1.881	428	106	2.415
Industrial	2.132	465	60	2.657
Comercial, serviços e outros	578	697	13	1.288
Rural	569	29	3	598
Poder público	263	93	603	979
Iluminação pública	328	-	-	328
Subtotal consumidores	8.453	3.102	870	12.405
Reposicionamento tarifário diferido	-	-	-	249
Fornecimento de tarifas repulicadas	17	-	-	17
Concessionários/permissionários (a)	66	-	-	66
Outras receitas	58	-	-	58
Total	141	-	-	141
Subtotal	8.594	3.102	201	11.877

(a) Concessionários e permissionários

O montante de R\$ 66 mil, apresentado como valores a receber do concessionários e permissionários, corresponde ao valor a receber da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., em decorrência do acordo de compra de sobras líquidas contratuais negociadas no MAE, pela ESCELSA, em face da Santa Maria não participar desse mercado. O valor não está sujeito à atualização monetária.

7. BÔNUS E SOBRETAXA

	2009	2008
--	------	------

Ativo circulante

Bônus concedidos

Em razão do baixo nível da principal bacia hidrográfica brasileira o servado no primeiro semestre de 2001, o Governo Federal instituiu, entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, um programa de racionamento de energia.

As principais medidas adotadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- Cobrança de sobretaxas nas tarifas aos consumidores que não cumpriram a meta de redução de consumo, definida inicialmente em uma redução de até 20%.

• Distribuição de bônus para consumidores de determinadas faixas de consumo, que apresentaram redução superior à meta estabelecida.

De acordo com o definido pela ANEEL, os valores de sobretaxas faturadas e os bônus concedidos em decorrência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica devem ser controlados separadamente, sem afetar os resultados da Companhia.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os tributos e contribuições sociais a recuperar podem ser assim demonstrados:

12. ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado pode ser assim demonstrado:

	Taxas médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido	2009	2008
Ativo Imobilizado Intangível						
Em serviço:						
Geração	1,46%	891	(474)	417	430	
Distribuição	3,88%	125.169	(30.867)	94.302	80.158	
Comercialização	4,01%	7.525	(3.494)	4.031	3.691	
Administração	7,61%	3.970	(2.142)	1.828	1.830	
Total Imobilizado Intangível		137.555	(36.977)	100.578	86.109	
Ativo Imobilizado Tangível						
Em serviço:						
Distribuição	20%	430	(85)	345	195	
Administração	20%	832	(499)	333	103	
Total Imobilizado Tangível		1.262	(584)	678	298	
Total Imobilizado		138.817	(37.561)	101.256	86.407	
Em curso:						
Geração		42	-	42	-	
Distribuição	11,072	-	-	11.072	9.030	
Comercialização	157	-	-	157	101	
Administração	39	-	-	39	-	
Total	11,310	150.127	(37.561)	112.566	95.538	
Valor líquido						
Obrigações específicas vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (a)					(17.514)	
Total do ativo imobilizado					94.602	78.024

Continuação

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescentada dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Em 31 de dezembro, as aplicações no mercado aberto estão representadas por:

	2009	2008
Aplicações financeiras	22.279	29.380
Títulos de renda fixa	22.279	29.380
Total das aplicações financeiras	22.279	29.380

As aplicações financeiras referem-se a Títulos Públicos Federais, a Certificados do Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Investimento, remunerados à taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada e revenda.

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários em 31 de dezembro é a seguinte:

	2009	2008
Circulante:		
Classe de consumidores:		
Residencial	3.676	2.980
Residencial - Baixa renda	464	419
Industrial	2.415	1.946
Comercial, serviços e outros	2.657	2.145
Rural	1.288	839
Poder público	598	380
Iluminação pública	979	1.323
Serviço público	328	306
Subtotal	12.405	10.247
Concessionários e permissionários (b)	66	66
Participações financeiras	32	153
Reposicionamento tarifário diferido (a)	249	-
Fornecimento tarifas repulicadas	17	19
Outros	26	25
Subtotal	141	512
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	(896)
Total de consumidores - Circulante	11.877	9.963

ATIVO

	2009	2008
ICMS a recuperar (a)	-	2.536
IRPJ a recuperar	365	365
Sudene - Lucro Constitutivo nº 0107/2009, de 06/10/2009	1.350	-
Outros	58	48
Total	1.773	2.949

(a) Os valores de ICMS a recuperar referem-se basicamente a crédito do Imobilizado conforme Lei Complementar nº 102/2000.

9. ESTOQUES

Os estoques podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Almoxarifado	701	649
Material salvado	66	6
Destinado à alienação	707	16
Total almoxarifado - Circulante	1.474	671
Material em depósito	3.549	2.991
Total almoxarifado - Imobilizado em curso	4.256	2.991

10. ATIVO REGULATÓRIO

	2009	2008
CVA - CCC 2009/2010	538	-
CVA - Utilização Rede Básica 2009/2010	715	-
CVA - CDE 2009/2010	75	-
PROINFA 2009/2010	82	-
CVA Energia Comprada 2009/2010	1.899	-
Total	3.204	-

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS

Ativo não Circulante

	2009	2008
ICMS a Recuperar (a)	2.546	-
(a) Os valores de ICMS a recuperar referem-se basicamente a crédito do Imobilizado conforme Lei Complementar nº 102/2000.		



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

www.Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de depreciação do exercício, dividida pelo saldo médio anual do imobilizado. A Companhia procedeu à reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.038/07 e MP nº 449/08. Os saldos apresentados no exercício de 2007 foram reclassificados para uma melhor apresentação das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

	Saldo no início do exercício 31.12.08 (R\$)	Adições (R\$)	Baixas por alienação e desativação (R\$)	Transferências por entradas em serviço (R\$)	Saldo no final do exercício 31.12.09 (R\$)
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Geração	891	-	-	-	891
Distribuição	107.297	-	(1.433)	19.735	125.599
Comercialização	6.952	-	(77)	647	7.525
Administração	4.366	-	(258)	694	4.802
(-) Depreciação acumulada	(33.097)	(5.534)	(1.765)	21.076	(138.817)
Total das Imobilizações em Serviço	86.409	(5.534)	(1.070)	21.076	101.256
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Geração	-	42	-	-	42
Distribuição	9.030	21.444	-	(19.735)	11.072
Comercialização	100	704	-	(647)	157
Administração	-	733	-	(694)	39
Total das Imobilizações em Curso	9.130	23.256	(695)	(21.076)	11.310
Total do Ativo Imobilizado Registrado	95.539	17.727	(833)	-	112.565
(-) Obrigações Especiais (reclassificação)	(17.315)	(11.282)	833	-	(17.964)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	78.024	16.440	138	-	94.602

Obrigações vinculadas à concessão

	2009	2008
Reserva para reversão (1)	324	324
Contribuições de consumidores (2)	17.635	17.185
Doações e subvenções	5	-
Total	17.964	17.514

(1) O saldo é proveniente da "Reserva para reversão" constituída até 1971 e foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público da energia elétrica.

(2) As contribuições de consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Em razão de sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros da Companhia.

Dos bens vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a essas atividades, não podendo ser vendidos, alienados, arrendados ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inseridos à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Essas obrigações estão diretamente vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica. Por meio do Despacho ANEEL nº 3.073 de 28/12/2006, foi instituída a subconta 223 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica - Par

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

Moeda nacional	Atualização	2009		2008	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
	RGR + 5,00% a.a.				
Eletrobrás (a)	+ 1,00% a.a.	1.930	20.363	1.381	19.016
Banco Itaú S.A.	TJLP + 3,30% a.a.	318	258	318	575
Banco Santander Banespa S.A. (b)	TJLP + 3,30% a.a.	1.283	1.096	1.281	2.376
Caixa Econômica Federal (b)	TJLP + 2,50% a.a.	1.808	7.232	1.702	8.511
Banespa S.A. (c)	TJLP + 3,00% a.a.	576	1.440	29	2.272
Total		5.915	30.389	4.711	32.750

As ações preferenciais não possuem direito a voto. No entanto, conferem aos seus possuidores dividendos mínimos obrigatórios de 8% sobre o valor nominal, nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias.

Do resultado do exercício, após a dedução das provisões para o imposto de renda e contribuição social, será destinada uma quota de até 10% para gratificação à Diretoria e o saldo terá a seguinte destinação:

• Constituição da reserva legal em 5% até o limite do 20% do capital social;
• Pagamento de 25% de dividendos às ações ordinárias.

b. Reserva de lucros (investimentos)

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 19.565 mil para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no presupuesto de aprovação em Assembleia Geral.

c. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social. Conforme o capítulo III, do Estatuto Social da Santa Maria, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis.

(2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	19.561	20.245
Incentivo fiscal Lucro da exploração e Reinvestimento	(3.633)	(2.869)
Constituição de reserva legal	(726)	(859)
Total	15.132	16.507

Dividendos mínimos obrigatórios:

Ações ordinárias (2009 - R\$0,93 por

ação/2008 - R\$1,10 por ação)

Ações preferenciais (2009 - R\$0,93

por ação/2008 - R\$1,10 por ação)

2.729 **3.235**

1.379 **1.635**

4.108 **4.870**

Dividendos complementares:

Juros sobre o capital próprio

IRRF

Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF

(R\$0,81 por ação em 2009 e R\$0,68

por ação em 2008)

3.582 **3.031**

7.690 **7.901**

Total dos dividendos mínimos e complementares

tipações e Doações - Reintegração Acumulada - AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil, e de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31/10/2006, e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27/07/2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (fevereiro de 2008), por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

13. FORNECEDORES

Os fornecedores podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Suprimento e transmissão de energia:		
ESCLSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	5.132	4.020
Faturamento de energia elétrica	533	352
Encargos de uso da Rede Básica	1.414	589
Materiais e serviços	7.079	4.971
Total	14.158	9.932

As faturas da ESCLSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., bem como os encargos de uso da rede elétrica - Rede Básica, são emitidas para serem quitadas em 3 (três) parcelas com vencimentos para 15, 25 e 35 dias, gerando um prazo médio de pagamento de 25 dias.

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os saldos registrados na rubrica "Tributos e contribuições sociais" estão assim demonstrados:

	2009	2008
ICMS a recolher	2.978	2.537
PIS/COFINS	803	703
INSS	253	211
FGTS	62	58
IRRF s/ juros sobre o capital próprio	52	45
ISS	27	17
Outros	81	55
Total	4.256	3.626

Os juros sobre o capital próprio foram calculados observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2009, e foram atribuídos aos dividendos pelo valor líquido do imposto de renda na fonte, para todos os fins legais.

19. RECEITA COM FORNECIMENTO DE ENERGIA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

Número de consumidores	2009		2008	
	2009	2008	2009	2008
Classe de consumidores				
Residencial	36.884	34.697	80.608	74.187
Residencial - Baixa renda	18.814	17.479	15.920	15.161
Industrial	1.122	1.051	58.009	67.363
Com. serv. e outras atividades	6.735	6.524	67.632	62.559
Rural	22.852	21.643	105.948	106.917
Poder público	801	773	12.151	10.958
Iluminação pública	46	45	13.967	12.888
Serviço público	122	123	10.009	9.683
Consumo próprio	34	35	721	563
Subtotal	85.410	82.368	374.965	360.379
Reposicionamento tarifário diferido - JRI 07/02/08, 07/02/07 e 07/02/06	-	-	-	-
Total fornecimento de energia	-	-	-	-
Reposicionamento tarifário diferido	-	-	-	-
Doações contrib. res. baixa renda	-	-	-	-
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-
Quota Reserva Global Reversão - RGR	-	-	-	-
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-
Quota p/ Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-
Redução de Tarifa Irrigação e Aquicultura	-	-	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-
Outros impostos e contribuições - PIS / COFINS / ISS	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	85.410	82.368	374.965	360.379

20. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Supradora	2009		2008	
	MWh	R\$	MWh	R\$
ESCLSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	417.046	44.346	403.517	40.400
Encargos de Uso da Rede Básica	-	4.329	-	3.218
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA	9.320	1.547	5.987	740
Subtotal	426.366	50.224	409.504	44.358

(b) Abertura de crédito pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", do Ministério de Minas e Energia.

(b) Contratos de abertura de crédito com repasse do Banco Santander Banespa S.A. - FINAME e com a Caixa Econômica Federal - FAF, utilizados na aquisição de equipamentos para a SE Henrique Nunes Coutinho e a LT 138KV, ligando a Usina Mascarenhas a SE Henrique Nunes Coutinho.

(c) Contrato de abertura de crédito com repasse do Banespa S.A. - FINAME, utilizado na aquisição de equipamentos para a SE Colatina e SE Alto Moacyr.

Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo tinham os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2011	5.164
2012	4.962
2013	4.641
2014	4.352
2015	2.545
2016	2.269
2017	2.124
2018	1.379
2019	1.154
2020	614
2021	85
Total	30.389

Relação dos contratos e vencimento da última parcela:

Instituição	Contrato	Vencimento última parcela
Eletrobrás	FCFS - 070/2004	Jul/2016
Eletrobrás	ECFS - 098/2005	Dez/2017
Eletrobrás	ECFS - 183/2007	Ago/2019
Eletrobrás	ECFS - 226/2008	Nov/2020
Eletrobrás	ECFS - 256/2009	Jun/2021
Itaú S.A.	16736/00	Set/2011
Itaú S.A.	19281/00	Out/2011
Banco Santander	83141	Set/2011
Banco Santander	84923	Set/2012
Caixa Econômica Federal	218.587-02/07	Dez/2014
Banespa S.A.	112470/301	Jun/2013

16. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Os saldos registrados na rubrica "Encargos do Consumidor a Recolher" estão assim demonstrados:

	2009	2008
RGR	101	34
CCF	70	335
CDE	281	224
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	695	745
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.663	1.077
Contribuição Iluminação Pública	782	1.172
Eletrobrás Juros Empréstimo Compulsório	40	50
Outros	165	182
Total	3.797	3.825

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão contábil de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e civis nas quais a Companhia é ré, em função da cobertura destas sucubâncias pelas seguradoras.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia está representado por ações, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/Classe	Quantidade	R\$ 2009	Quantidade	R\$ 2008
Ordinárias	2.937.927	33.217	2.937.927	26.574
Preferenciais	1.484.392	16.783	1.484.392	13.426
Total	4.422.319	50.000	4.422.319	40.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		18,1538		15,5581

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Supradora	2009		2008		R\$ 2010
	MWh	R\$	MWh	R\$	
ESCELSA dif. Entre Datas de Aniversário das Concessionárias Artigo 9º da Res. Homologatória ANEEL nº 774 de 03/02/2009	-	1.361	-	-	(130.441)
ESCELSA PIS/COFINS Resolução Homologatória ANEEL nº 606 de 29/01/2008 (*)	-	(422)	-	(4.647)	(1.361.010)
ESCELSA PIS/COFINS Resolução Homologatória ANEEL nº 431 de 05/02/2007	-	-	-	-	4.025.190
Realização CVA Energia Comprada	-	3	-	-	(324.834)
CVA Energia Comprada	-	(1.800)	-	-	94
CVA Rede Básica	-	(688)	-	-	(3)
CVA Proinf	-	(75)	-	-	-
Total	426.366	48.603	409.504	39.802	42.254

Suprimento de Energia Elétrica

	2009	2008
Gerção própria	9.028	7.005
Energia registrada	476.366	409.504
Total	485.394	416.509

(*) As alíquotas de PIS/COFINS aplicadas às tarifas TE e TUSD da ESCELSA para a SANTA MARIA nos reajustes de 2006 e 2007, no total de 5,717%, não consideram os efetivos créditos tributários incidentes sobre a relação de suprimento. O cálculo das alíquotas de PIS/COFINS no período de fevereiro de 2006 a janeiro de 2008, com correção monetária pelo IGP-M, gerou um passivo financeiro de R\$ 5.069 mil, devolvido pela ESCELSA à Santa Maria em 12 parcelas iguais e consecutivas nos meses de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009, sendo recebido, no exercício de 2008, o montante de R\$ 4.647 mil.

21. DESPESAS COM PESSOAL

	2009	2008
Descrição		
Nº funcionários	08	08
Total funcionários	08	08
Remuneração	182	5.271
Encargos sociais	67	1.932
Total	249	7.203

a) Despesas administrativas e gerais

	2009	2008
Descrição		
Pessoal	3.384	3.068
Material	2.694	2.341
Serviço terceiro	931	860
Depreciação	314	318
Outras despesas	7.233	6.696

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e nominal de imposto de renda e a contribuição social é apresentada como segue:

	2009	2008
Imposto de renda		
Lucro antes do imposto de renda	23.290	27.027
Alíquota imposto de renda	15%	15%
Adições (Exclusões):		
Provisões temporariamente não dedutíveis	(210)	(140)
Redução Tarifa de Irrigação	442	249
Outras adições	(2.355)	2.855
Reinvestimento	(3.633)	(2.869)
Outras exclusões	(132)	(146)
Base de cálculo	18.841	25.356
Imposto de renda (despesas)	4.652	6.270
Contribuição social		
Lucro antes da contribuição social	23.290	27.027
Alíquota contribuição social	9%	9%
Adições (Exclusões):		
Provisões temporariamente não dedutíveis	(210)	(140)
Redução Tarifa de Irrigação	442	249
Outras adições	(2.355)	2.855
Reinvestimento	(3.633)	(2.869)
Outras exclusões	(132)	(146)
Base de cálculo	16.904	23.857
Imposto de renda (despesas)	1.521	2.147

A Companhia, conservadoramente, não reconhece efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente indedutíveis.

23. SEGUROS

Os valores segurados são determinados a contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. Os principais ativos em serviço estão se segurados por um montante global de R\$ 34.388.

	Período de vigência	Importância assegurada
Risco Incêndio	26/07/09 a 26/07/10	31.388
Responsabilidade civil geral	26/07/09 a 26/07/10	1.550
Responsabilidade civil geral		
Danos materiais	26/07/09 a 26/07/10	210
		31.388

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As receitas (despesas) financeiras são representadas como segue:

	2009	2008
Receitas:		
Receita de aplicações financeiras	2.643	2.767
Variações monetárias	775	321
Outras receitas financeiras	1.494	1.336
Total	4.912	4.424
Despesas:		
Encargos de dívidas	(2.765)	(2.539)
Outras despesas financeiras	(491)	(530)
Total	(3.256)	(3.069)
Receitas (Despesas) financeiras - líquidas	1.656	1.355

25. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Santa Maria padroeira, em conjunto com seus empregados em atividade, um plano de benefícios complementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, composto de complementos calculados de acordo com o critério de "Benefícios de Risco" - Parte Geral e de "Benefícios de Prazo Programado" - Parte Operacional, do tipo misto, cuja administração é feita por entidade de previdência privada aberta, o ILSBC Previdência S.A.

O plano de benefícios foi constituído em 19 de novembro de 1992. Apesar de a Companhia ser patrocinadora de um fundo multipatrocinado, não existe solidariedade financeira entre a Companhia e as demais patrocinadoras do fundo. A reserva matemática garantidora dos benefícios concedidos, constituída na data de início do benefício em nome do participante que se aposentará, deverá ser, no mínimo, equivalente às contribuições vertidas pelo próprio participante,

corrigidas monetariamente de acordo com a variação dos preços patrimoniais, descontadas as parcelas das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco.

A partir do 31 de dezembro de 2001, as empresas devem contabilizar em suas demonstrações contábeis os passivos oriundos dos benefícios concedidos aos empregados, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 25 do IBRACON. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia não havia efetuado as avaliações atuariais necessárias.

Para os exercícios de 2009, 2008 e 2007, a fim de atender a essa exigência, a Companhia contratou consultoria externa para a realização de avaliação atuarial dos benefícios previdenciários oferecidos a seus empregados, relativamente aos exercícios de 2001 a 2009. A seguir os principais resultados da referida avaliação atuarial, adotando as regras estabelecidas pelo pronunciamento NPC 25 do IBRACON, conforme exige o item 61 do referido pronunciamento:

	2009	2008
Conciliação de ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.237.310)	(1.098.582)
Valor justo dos ativos do plano	3.660.368	3.122.463
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	2.423.058	2.023.881
Ganhos (Perdas) atuariais		
Ganhos financeiros	(8.408.937)	(6.853.997)
(Passivo) Ativo atuarial líquido	10.831.995	8.877.878

O ativo atuarial acima demonstrado não foi registrado, tendo em vista o disposto no item 49, alínea "g", do Pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Nos anos de 2001 e 2002, também em conformidade com o referido pronunciamento, foi apurado ativo atuarial líquido.

	2009	2008
Cálculo dos ganhos (perdas):		
Valor do ganho (perda) no início do ano	(6.853.997)	(4.756.109)
Amortização no ano	261.670	177.551
Ganho (Perda) nas obrigações atuariais	1.128.502	1.310.878
Ganho (Perda) nos ativos do plano	(2.963.393)	(3.594.403)
Ganho (Perda) na contribuição	18.281	8.077
Ganho (Perda) no final do ano	(8.408.937)	(6.853.997)
Cálculo do corredor*	366.037	312.246

(*) 10% do maior entre o patrimônio e o valor da obrigação.

	2009	2008
(Despesa) Receita reconhecida na demonstração de resultados		
Custo do serviço corrente (com juros)	-	(104.674)
Juros sobre as obrigações atuariais	-	(1.211.077)
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	3.442.024
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	-	(261.670)
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	-	1.864.783
Contribuição esperada de participante para o próximo ano	-	35.526
Total da (despesa) receita líquida reconhecida	-	1.900.309

28. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR ATIVIDADE

	2009	2008
Receita Operacional	1.065	1.065
Tormentamento de energia elétrica	-	-
Doações contrib. recid. baixa renda	-	-
Reposicionamento tarifário diferido	-	(249)
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura	-	(1.433)
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento CVA - CCC / Rede Básica	-	3.633
CVA - CCC / Rede Básica	-	(795)
Outras receitas	-	923
Reduções à receita operacional	(133)	(47.032)
Quota p/ Reserva Global de Reversão - RGR	-	(1.146)
Quota Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.307)
Quota p/ Conta Consumo Combustível - CCC	-	(2.417)
P&D e PEE	-	(944)
Impostos e contribuições s/ a receita	(133)	(39.221)
Receita operacional líquida	932	97.874
Despesa Operacional	(341)	(72.057)
Pessoal	(249)	(9.196)
Material	(9)	(2.550)
Serviços de terceiros	(50)	(5.134)
Energia elétrica comprada p/ revenda	-	(18.603)
Depreciação e amortização	(20)	(4.800)
Outras despesas operacionais	(13)	(1.794)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	591	25.817
Efeitos financeiros	-	(3.108)
Resultado operacional	591	22.709
Resultado não operacional	-	(10)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social, participações e reversão dos juros sobre capital próprio	591	22.699
Imposto de renda e contribuição social	(181)	(5.992)
Participação estatutária	(52)	(1.718)
Reversão dos juros sobre capital próprio	124	4.090
Lucro líquido do exercício	462	19.079
Lucro por ação - R\$	0,11	4,31

A Companhia mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre produção e distribuição, conforme determinação do Órgão Regulador. A demonstração dos resultados segregados por atividade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, foi elaborada adotando-se os critérios descritos abaixo:

- Para segregação das receitas operacionais foi adotado o seguinte critério:
 - A receita de produção para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de distribuição;
 - Para segregação das despesas foram adotados os seguintes critérios:
 - Deduções às receitas - exceto quanto ao ICMS, que incide somente sobre a atividade de comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade;
 - Despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no plano de contas.

(Despesa) Receita a ser reconhecida na demonstração de resultados

Custo do serviço corrente (com juros)

Juros sobre as obrigações atuariais

Rendimento esperado dos ativos do plano

Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos

Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida

Contribuição esperada de participante para o próximo ano

Total da (despesa) receita líquida reconhecida

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial

Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano

Taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Índice estimado do aumento nominal dos benefícios

Taxa estimada de inflação no longo prazo

Tábua biométrica de sobrevivência

Tábua biométrica de mortalidade

Tábua biométrica de entrada em invalidez

Tábua biométrica de mortalidade de inválido

Taxa de rotatividade esperada

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis de aplicações financeiras constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos em sua negociação com terceiros ou, na ausência deles, quando comparados com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão regulador.

27. CORREÇÃO DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA AO CONSUMIDOR FINAL

O Contrato de Concessão celebrado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 1999, estabelece as regras para a revisão e o reajuste das tarifas de energia elétrica aplicadas ao consumidor final. Com base nesse Contrato, a ANEEL, por intermédio da Resolução Normativa nº 606, de 29 de janeiro de 2008, as tarifas foram reajustadas em -4,76%, sendo -12,98% relativos ao reposicionamento tarifário e 9,22% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2008. Por intermédio da Resolução Normativa nº 774, de 3 de fevereiro de 2009, as tarifas foram reajustadas em 15,04%, sendo 8,16% relativos ao reposicionamento tarifário e 6,88% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2009.

	2009	2008
Receita Operacional	1.065	1.065
Tormentamento de energia elétrica	-	-
Doações contrib. recid. baixa renda	-	-
Reposicionamento tarifário diferido	-	(249)
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura	-	(1.433)
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento CVA - CCC / Rede Básica	-	3.633
CVA - CCC / Rede Básica	-	(795)
Outras receitas	-	923
Reduções à receita operacional	(133)	(47.032)
Quota p/ Reserva Global de Reversão - RGR	-	(1.146)
Quota Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.307)
Quota p/ Conta Consumo Combustível - CCC	-	(2.417)
P&D e PEE	-	(944)
Impostos e contribuições s/ a receita	(133)	(39.221)
Receita operacional líquida	932	97.874
Despesa Operacional	(341)	(72.057)
Pessoal	(249)	(9.196)
Material	(9)	(2.550)
Serviços de terceiros	(50)	(5.134)
Energia elétrica comprada p/ revenda	-	(18.603)
Depreciação e amortização	(20)	(4.800)
Outras despesas operacionais	(13)	(1.794)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	591	25.817
Efeitos financeiros	-	(3.108)
Resultado operacional	591	22.709
Resultado não operacional	-	(10)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social, participações e reversão dos juros sobre capital próprio	591	22.699
Imposto de renda e contribuição social	(181)	(5.992)
Participação estatutária	(52)	(1.718)
Reversão dos juros sobre capital próprio	124	4.090
Lucro líquido do exercício	462	19.079
Lucro por ação - R\$	0,11	4,31

Para segregação das receitas operacionais foi adotado o seguinte critério:

- A receita de produção para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de distribuição;

• Para segregação das despesas foram adotados os seguintes critérios:

- Deduções às receitas - exceto quanto ao ICMS, que incide somente sobre a atividade de comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade;

- Despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no plano de contas.

Para segregação das receitas e despesas financeiras e resultado não operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

As participações estatutárias foram alocadas proporcionalmente a cada atividade.

Os juros sobre capital próprio e a reversão dos juros sobre o capital próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns.

A demonstração de resultado, acima referida foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram realizados os respectivos balanços patrimoniais ativos e passivos e as mutações do patrimônio líquido. Dessa forma, a referida demonstração não representa necessariamente a demonstração do resultado de cada atividade, caso elas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

Continuar...



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

***Continuação

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Base de Cálculo			2009			2008
Receita líquida (RL)			98.806			91.117
Resultado operacional (RO)			23.300			26.784
Folha de pagamento bruta (FPB)			6.746			6.224
2 - Indicadores Sociais Internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	141	2,09%	0,14%	119	1,91%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	3.205	47,51%	3,24%	2.504	40,23%	2,75%
Previdência privada	312	4,62%	0,32%	288	4,63%	0,32%
Plano de Saúde	80	1,19%	0,08%	59	0,95%	0,06%
Segurança e medicina no trabalho	13	0,19%	0,01%	9	0,14%	0,01%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	33	0,49%	0,03%	79	1,27%	0,09%
Cheques ou auxílio-cheque	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros - Vale-transporte / Seguro de Vida	129	1,91%	0,13%	110	1,77%	0,12%
Total - Indicadores sociais internos	3.913	58,00%	3,96%	3.168	50,90%	3,48%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	10	0,04%	0,01%
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	8	0,03%	0,01%	35	0,13%	0,04%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	1	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	19	0,09%	0,02%	6	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	28	0,12%	0,03%	52	0,19%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	14.465	62,08%	14,64%	17.260	64,44%	18,94%
Total - Indicadores sociais externos	14.493	62,20%	14,67%	17.312	64,64%	19,00%
4 - Indicadores Ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	162	0,70%	0,16%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	162	0,70%	0,16%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 71%		() não possui metas () cumpre de 51 a 71%		() não possui metas () cumpre de 51 a 71%	
	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período		317			310	
Nº de admissões durante o período		89			66	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		118			99	
Nº de estagiários(as)		-			-	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		110			91	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		26			19	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		-			-	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		28			23	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1			-	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		11			10	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		2009 22,95			Metas 2010 22,95	
Número total de acidentes de trabalho		2			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação dos empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa 551	no Procon 0	na Justiça 8	na empresa 321	no Procon 0	na Justiça 06
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 95,7%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 81,00%	no Procon 0%	na Justiça 50,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):			85.323			85.145
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62,52% governo 11,20% acionistas	11,07% colaboradores(as) 6,24% terceiros	8,91% retido	62,95% governo 12,17% acionistas	10,38% colaboradores(as) 3,99% terceiros	10,50% retido

DIRETORIA

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor - PresidenteANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor Vice-PresidenteANGELO ANDRÉ BOSI
DiretorELEOMAR ANTONIO MARGOTTO
Contador CRC-ES 7076/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto pelo assunto mencionado no parágrafo 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a

avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A Companhia reconhece a receita com o fornecimento de energia elétrica, com base na data de emissão das faturas a seus consumidores, não considerando o montante de energia fornecida e não faturada até a data de 31 de dezembro de 2009 e 2008. Não nos foi possível estimar o montante da receita líquida naquela data.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer se não houvesse a limitação descrita no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil.

5. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis, foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes com relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2010
Antônio de Pádua Soares Pelicarp

Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O 5 S/MG

BDO

BDO Tróia